

situação de adido ao quadro do 21279 capitão-de-mar-e-guerra da classe de Marinha António Manuel Gonçalves Martins Coelho da Palma.

2 — A promoção produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação da presente portaria, nos termos da alínea *a*) do n.º 10 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, ficando colocado na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 24284 capitão-de-mar-e-guerra da classe de Marinha Mário Francisco da Silva Gouveia.

2 de junho de 2014. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *Luis Manuel Fourneaux Macieira Fragoso*, almirante.

207866295

Escola Naval

Aviso n.º 6939/2014

Admissão de cadetes na Marinha

Nos termos do Regulamento da Escola Naval, está aberto, de 2 de junho a 25 de julho de 2014, o concurso para admissão de cadetes para os cursos de ingresso nas seguintes classes de oficiais dos Quadros Permanentes da Marinha:

Marinha — 24 vagas

Administração Naval — 3 vagas

Engenharia Naval, ramo de Mecânica — 5 vagas

Engenharia Naval, ramo de Armas e Eletrónica — 5 vagas

As condições de admissão e as provas a prestar pelos candidatos constam de editais afixados na Escola Naval (Alfeite), Gabinete de Divulgação e Informações da Marinha (Lisboa), Capitánias, Delegações Marítimas, Clubes de Vela, Escolas Secundárias e outros estabelecimentos de ensino e na página da internet <http://escolanaval.marinha.pt>.

2 de junho de 2014. — O Diretor de Ensino, *João Paulo Cancela Roque*, capitão-de-mar-e-guerra, Engenheiro de Material Naval.

207866254

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 7500/2014

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 4625/2014 de 31 de março de 2014, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no comandante da Unidade de Apoio do Comando das Forças Terrestres, Tenente-Coronel de Infantaria, José Manuel Pires Contramestre, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 24 939,89.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2014 e ate a tomada de posse do titular do cargo de comandante das Forças Terrestres, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Unidade de Apoio do Comando das Forças Terrestres, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

2 de abril de 2014. — O Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, major-general.

207862285

Comando do Pessoal

Despacho n.º 7501/2014

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Sargentos abaixo mencionados, transitem para a situação de reserva nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do Artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do Artigo 3.º do DL-166/05 de 23set, conjugado com a alínea *e*) do n.º 2 do Artigo 83.º da Lei n.º 83-C/2013, devendo ser considerados nesta situação na data que a cada um se indica:

Posto	Arma/Serviço	NIM	Nome	Data reserva
SCh	Med/Farm	19312383	Manuel de Jesus dos Santos	30-04-2014
SAj	PQ	15002388	Celso Martins do Vale	30-04-2014
SAj	AM	13932490	Paulo Alexandre da Assunção Amadeu	30-04-2014
SAj	Inf	00167091	Carlos Manuel Lopes Marques	30-04-2014
SAj	Inf	08594291	Paulo Jorge Mendes da Costa Andrade	30-04-2014

28 de maio de 2014. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, *António Carlos de Sá Campos Gil*, tenente-general.

207862382

Portaria n.º 446/2014

Artigo único

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os oficiais abaixo mencionados transitem para a situação de reserva nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2.º do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05, de 23 de setembro, conjugado com a alínea *e*) do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 83-C/2013, devendo ser considerados nesta situação na data que a cada um se indica:

Posto	Arma/serviço	NIM	Nome	Data da reserva
TCor	AdMil	01164487	César Augusto Martins Mexia	17-1-2014
TCor	Inf	11075389	José Manuel Guedes dos Santos	31-3-2014

28 de maio de 2014. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Carlos de Sá Campos Gil*, tenente-general.

207862496

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Aviso n.º 6940/2014

Concurso para admissão ao Curso de Formação de Sargentos dos Quadros Permanentes da Força Aérea — 2014/2015 — Vagas

1 — Para os devidos efeitos torna-se público que no âmbito do processo de admissão de pessoal para o ingresso nas diversas categorias dos Quadros Permanentes (QP) das Forças Armadas no ano letivo 2014-2015, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, e no n.º 2 do artigo 195.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), foi obtido o parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, conforme despacho de 27 maio de 2014 da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.

2 — Consequentemente, encontra-se autorizado o procedimento por concurso para o preenchimento de 64 (sessenta e quatro) vagas, para a admissão ao Curso de Formação de Sargentos dos Quadros Permanentes da Força Aérea (CFS/QP), publicitado pelo Aviso n.º 6577/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 104 de 30 de maio de 2014.

3 — As referidas vagas são distribuídas por especialidade de acordo com a tabela seguinte:

Especialidade	Vagas
ABST	2
BF	2
MARME	4
MELECA	6
MELECT	3
MELIAV	5
MMA	14
OPCART	6
OPCOM	2
OPINF	2
OPRDET	4
OPSAS	4
PA	6
SAS	4
<i>Total</i>	64

30 de maio de 2014. — O Comandante do Pessoal, *José Manuel Pinheiro Seródio Fernandes*, Tenente General Piloto Aviador.
207865752

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Ambiente

Portaria n.º 447/2014

De acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, os processos de delimitação do domínio público hídrico pendentes em 27 de outubro de 2007 são apreciados ao abrigo e nos termos das normas procedimentais aplicáveis à data do seu início, sem prejuízo do disposto a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro.

Encontra-se pendente, desde data anterior a 27 de outubro de 2007, o processo de delimitação do domínio público marítimo de cinco prédios inscritos sob os artigos 53, 59, 62, 64 e 66 sítos no lugar da Tendeira, freguesia de Caniço, concelho de Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, requerido por José Carlos Vieira – Sociedade de Construção Lda., que corre termos na Comissão do Domínio Público Marítimo sob o n.º 4485/05.

Tendo a Comissão do Domínio Público Marítimo proferido parecer favorável ao seguimento do processo, importa proceder à nomeação da correspondente comissão de delimitação.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, e da alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, e atento ainda o disposto no n.º 4 do Regulamento de Procedimento dos Processos de Delimitação do Domínio Público Marítimo Pendentes em 27 de outubro de 2007, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 20 de junho de 2008, manda o Governo, pela Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e pelo Secretário de Estado do Ambiente, no uso das competências delegadas nos termos da alínea e) do ponto I do Despacho n.º 5957/2013, de 24 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 88, de 8 de maio de 2013, e da subalínea v) da alínea b) do n.º 1 do Despacho n.º 13322/2013, de 11 de outubro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 202, de 18 de outubro de 2013, com a redação dada pela alínea c) do n.º 1 do Despacho n.º 1941-A/2014, de 5 de fevereiro de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2014, o seguinte:

Artigo 1.º

Comissão de Delimitação

No seguimento do Parecer n.º 6180, de 17 de julho de 2008, da Comissão do Domínio Público Marítimo, é constituída a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo de cinco prédios inscritos sob os artigos 53, 59, 62, 64 e 66 sítos no lugar da tendeira, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz, na Região

Autónoma da Madeira, requerido por José Carlos Vieira – Sociedade de Construção Lda., que corre termos na Comissão do Domínio Público Marítimo sob o n.º 4485/05, com a seguinte composição:

- Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., que preside;
- Um representante do Ministério da Defesa Nacional;
- Um representante do requerente.

Artigo 2.º

Auto de Delimitação

1 – O auto de delimitação que vier a ser produzido pela comissão ora nomeada, observará as normas procedimentais constantes do Despacho Normativo n.º 32/2008, de 20 de junho, e as orientações do Parecer n.º 6180, de 17 de julho de 2008, da Comissão do Domínio Público Marítimo.

2 – O auto de delimitação a que se refere o número anterior será remetido à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., para prosseguimento do processo, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do Regulamento de Procedimento dos Processos de Delimitação do Domínio Público Marítimo Pendentes em 27 de outubro de 2007.

26 de maio de 2014. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

207861856

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 7502/2014

Considerando que o Despacho n.º 6608/2014 do Secretário de Estado da Administração Local, de 6 de maio de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio do mesmo ano, determina a marcação de eleições intercalares para a assembleia de freguesia de Boidobra, município da Covilhã.

Nos termos do disposto no artigo 223.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro, 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro, nomeio para integrar a comissão administrativa da freguesia de Boidobra, município da Covilhã:

- João Francisco Bernardo Simão, da Coligação Democrática Unitária, que preside;
- João David Boucho Cameira, do Partido Socialista;
- Inês Alves Ramos, da Coligação Democrática Unitária.

30 de maio de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *João Rodrigo Pinho de Almeida*.

207866205

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso (extrato) n.º 6941/2014

Nos termos do n.º 2 do artigo 81.º do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro, notifica-se o Agente aposentado M/147881, Ricardo Manuel Simões Antunes, de que foi deduzida acusação no processo disciplinar NUP 2013LSB00227DIS, em que é arguido, podendo apresentar a sua defesa escrita, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso.

O processo disciplinar encontra-se no Núcleo de Deontologia e Disciplina do Comando Metropolitano de Lisboa, onde pode ser consultado nos dias úteis, nas horas normais de expediente.

30 de maio de 2014. — A Diretora do Gabinete de Deontologia e Disciplina, *Fernanda Laura Guerreiro Delca Portinha*.

207863719